PARECER DE COMISSÃO
COMISSÃO DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 3.932/2022

Autoriza a inclusão de dotação orçamentaria, referente ao Contrato de Rateio do Consórcio Público para Defesa e Revitalização do Rio Doce para o exercício financeiro de 2022.

A Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, após análise do projeto de lei epigrafado, é de parecer que este, no que se refere à matéria e ao conteúdo normativo geral, é constitucional, podendo, portanto, ser submetido à apreciação pelo Plenário.

Entretanto, os membros propõem emenda aditiva ao projeto, para incluir novo art. 1º, renumerando os demais, para constar o seguinte:

Art. 1º A Lei Municipal nº 4.527, de 16.12.2021, passa a vigorar acrescida de parágrafo único no art. 3º, com a seguinte redação:

Art. 3º.....
.....

Parágrafo único. Na ausência dos recursos previstos no inciso II do *caput* deste artigo, poderá o Executivo custear, com recursos próprios, despesas de manutenção até o limite de R\$30.000,00 (trinta mil reais) por ano, a ser consignado em dotação própria nas leis orçamentárias.

A emenda tem como objetivo possibilitar que o Executivo possa utilizar, de forma limitada, recursos próprios para a manutenção do consórcio, enquanto o Município não receber os recursos financeiros para o ressarcimento dos danos decorrentes do rompimento da barragem do Fundão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2022.

Paulo Augusto Malta Moreira

Ana Maria Ferreira Proença

Wagner Luiz Tavares Gomides